

DA GEOGRAFIA QUE VELA O MORTO À CRÍTICA A FINANCEIRIZAÇÃO

Wilma Guedes de Lucena¹

Resumo: As últimas crises do capitalismo implicaram em uma “financeirização de tudo”, inclusive da morte. Este caso pode ser analisado a partir da consolidação do *death care* (mercado da morte) em países como Estados Unidos e China e que mais recentemente se expandiu para o Brasil. Constata-se, portanto, que a geografia que se vale da subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto é a mesma que se apropria do corpo morto que resulta desses processos e que o lança na esfera da circulação do capital a partir de práticas especulativas. Assim sendo, urge uma crítica às geografias então produzidas.

Palavras-chave: Mercado da morte; financeirização; geografia; crítica marxista.

FROM GEOGRAPHY THAT COVERS THE DEAD TO CRITICISM OF FINANCIALIZATION

Abstract: The latest crises of capitalism have implied a “financialization of everything”, including death. This case can be analyzed based on the consolidation of death care (death market) in countries such as the United States and China, which has more recently expanded to Brazil. It appears, therefore, that the geography that uses the subsumption of living labor by dead labor is the same that appropriates the dead body that results from these processes and that launches it into the sphere of capital circulation based on speculative practices. Therefore, there is an urgent need for a critique of the geographies produced then.

Keywords: Death care; financialization; geography; Marxist criticism.

PARA INICIAR

A elaboração de uma exposição exige que se ponha sobre a mesa as últimas leituras ou mesmo as que ainda aguardam a sua vez em nossas estantes físicas ou virtuais. Foi no momento de elaboração deste texto-fala² que percebi a morte e o luto como temas que recentemente se avolumaram em meu acervo pessoal. Talvez porque esse acervo dialogue, em alguma medida, com as preocupações que habitam as bibliotecas dos colegas acadêmicos, intelectuais e curiosos que buscam entender o projeto de necropolítica³ em curso no Brasil e em tantas outras partes do mundo. Certamente, a pandemia da Covid-19 foi responsável pela recorrência desses temas, ora acompanhada de sua banalização por parte dos negacionistas, ora verticalizada pelos debates acerca dos impactos

¹ Professora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG, na Unidade de Carangola –MG. Email: profwilma.geo@gmail.com

² Escrito entre outubro e novembro de 2022 para participação no I Seminário Nacional de “Geografia das crises do capital” promovido pelo GECA – Grupo de Estudos do Capital, realizado em Poços de Caldas – MG.

³ Apesar da menção ao termo, seguimos o raciocínio com base na compreensão do que Menegat (20219) chama de “economia política da barbárie” e da necessária crítica a esta.

nas diferentes formações sociais e territoriais e na realidade urbana em escala global (leia-se as publicações sobre a pandemia e o espaço urbano; a pandemia e a economia mundial; dentre outras abordagens).

A Geografia, enquanto campo disciplinar e científico, preocupou-se em alimentar esses debates. Muitos pesquisadores e pesquisadoras correram desesperadamente para explicar os processos ainda em curso acerca das implicações socioespaciais da pandemia. Mas, é preciso lembrar que há algum tempo colegas já denunciavam a barbárie de uma Geografia Histórica do Capitalismo comandada pelos mortos em detrimento dos vivos [lembrando as lições marxianas], denunciando também uma História da Geografia que continua a velar esses mortos, ou para dizer de outra forma, uma História da geografia sem classes (Sousa Neto, 2021)

O fato é que a pandemia da Covid-19 aprofundou ainda mais os efeitos das crises capitalistas. No entanto, na superfície social de cada crise há sempre novidades e foi no contexto dos últimos quatro anos que a morte foi transformada, literalmente e definitivamente, em um negócio⁴. Aqui não se trata de indicar um caráter inaugural da morte como parte constitutiva do capitalismo, até porque sigo o argumento de Costa e Mendes (2021) de que a morte é uma força produtiva no capitalismo dependente e de constituição colonial e, portanto, é constitutiva da formação social brasileira.

O ponto a ser destacado é que no atual momento (durante e pós pandemia) a morte tem sido apropriada por práticas especulativas com o objetivo de valorizar frações do capital, sobretudo o imobiliário e o financeiro. Em outras palavras, a expectativa da morte se torna parte das especulações que antecipam valor na esfera da circulação. Assim, a geografia (como projeto capitalista) que se vale da subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto é a mesma que se apropria do corpo morto que resulta desses processos⁵. Portanto, nesse processo de “financeirização de tudo” (Harvey, 2005), urge a necessidade de uma crítica profunda das geografias então produzidas. Desse modo, ensaio um texto-fala que ao mesmo tempo apresenta uma preocupação de método, mas também sinaliza um tema de pesquisa a ser explorado.

DAS LIÇÕES DE UM MORTO-NARRADOR AO “MERCADO DA MORTE”

Na defesa de seu memorial de livre-docente, Sousa Neto (2020) toma a “morte” como ponto de partida para uma lição de método quando menciona a posição ocupada por Brás Cubas enquanto morto-narrador, ou por Severino (personagem de João Cabral de Melo Neto) que “segue seu próprio enterro e, logo se faz acompanhar na vida, daquelas mortes com as quais convive ao longo de uma existência social e historicamente datada” em sua *“Morte e Vida Severina”*. De acordo com Sousa Neto (2020), o recurso ao “método machadiano” traz muitas possibilidades em uma análise de perspectiva dialética, quais sejam: 1) a compreensão de que “histórias individuais não podem ser compreendidas fora das

⁴ Fala do CEO da Zion Invest, minuto 13:05 na live https://www.youtube.com/watch?v=B5RYOgNGjXs&ab_channel=AlphaTrading : “olhar o cemitério como um negócio”.

⁵ Costa e Mendes (2021, p. 89-90) afirma que “a morte, apesar de inerente à humanidade, possui uma determinação social; apesar de o *fim* chegar para todos, este deve ser compreendido a partir de sua concretude histórica, com os *meios* dizendo da forma como se vive e se morre”. E essa compreensão permite entender, por exemplo, que mesmo a letalidade de um vírus diz respeito ao sociometabolismo em que se espraia.

condições de existência em suas múltiplas determinações”; 2) a proposta de “um movimento que não se encerra com a morte e fala de um presente histórico vivido por aqueles que leem a história de um morto, como se os mortos comandassem a vida dos vivos; e, por fim, 3) o entendimento das contradições inerentes a essas determinações e a esse movimento (Souza Neto, 2020, p. 222).

Para a discussão a que proponho, essas possibilidades analíticas demonstram as múltiplas determinações sociais da morte; denunciam aqueles que fazem do presente histórico um reino de Hades, em que velar o morto é a regra; e, desvendam a vida não só como a condição apropriada por esses processos, mas também que internamente oferece resistências. Em resumo, apresento a “morte”, o “luto” e a “vida” como chaves de entendimento para a construção de uma geografia crítica à lógica de valorização capitalista do espaço.

Nessa direção, trago a discussão de Tadeu Arrais em “*Somos os mortos vivos*” (2022) sobre a natureza e o sentido neoliberal das cidades atuais e busco seguir o mesmo procedimento analítico do autor quando escreve a partir da série *The Walking Dead*. Mas, não parto de um material midiático/televisivo, e sim das geografias produzidas pela expectativa da morte em que esta é traduzida em práticas especulativas.

Primeiro começo com um paralelo entre: o *death care*, “mercado da morte”, que hoje possui *players* em um mercado consolidado nos Estados Unidos e na China e avança no Brasil; e a subsunção do trabalho vivo ao trabalho morto no âmbito da valorização capitalista do espaço. Em seguida, esboço comentários sobre como a Geografia Urbana produzida mais recentemente tem encarado (ou não) essas questões.

Para construir esse paralelo, começo pelo texto publicado em uma revista sobre fundos de investimentos intitulado “nem só tristeza traz a morte”, que comentava sobre um Fundo Imobiliário criado para investir em cemitérios e negócios funerários. A publicação feita em maio de 2019 (bem antes do início da pandemia da covid-19) anunciava retorno de IPCA⁶ + 7% ao ano e informava que desde 2016 a *Zion Invest* passou a administrar o primeiro Fundo de Investimentos Imobiliários (FII) com foco em comprar participações em cemitérios – o *FII Brazilian Graveyard and Death Care Services* e apelidado de *CARE 11*. Após a criação do fundo, a referida administradora comprou 20% do Grupo Cortel - companhia que atua no mercado funerário no Brasil há mais de 60 anos – e com isso passou a conhecer e mapear as possibilidades de investimentos em novos “ativos” com base na expertise da companhia Cortel. Os “ativos” consistem basicamente em jazigos e cemitérios localizados em cidades de porte médio ou capitais dos estados. As atividades que envolvem esses negócios vão desde venda de jazigos, administração e manutenção dos cemitérios, até serviços bastante diversos como assistência funerária. Em uma *live* realizada em 2021, o CEO da *Zion* afirmou que a pandemia “pode ter ajudado um pouco” a consolidar esse mercado no Brasil e que a expectativa é de rendimentos “perpétuos”.

Em 2022, já se identificava no Brasil dois grandes grupos de investimento no *death care*: o Grupo Cortel (fundado no Rio Grande do Sul) e o Grupo Zelo (de Minas Gerais). Ambos aplicaram muitos milhões de reais na concessão dos 22 cemitérios e demais serviços funerários na cidade de São Paulo. Esse processo de privatização implicou em uma nova fronteira de expansão desses negócios que contava, inclusive, com “a possibilidade de uma nova oferta de túmulos na cidade, já

⁶ Índice que reflete a oscilação ou estabilidade dos preços

que eventuais famílias inadimplentes poderão vir a ser solicitadas a devolverem seus túmulos que têm a chance de serem novamente comercializados”⁷.

Aqui o “mercado da morte” aparece como imagem pronta para ilustrar os processos recentemente analisados por Paulo Godoy (2022) quando discute o valor *do e no* espaço e, particularmente, a metrópole capitalista cujos traços mais gerais aponta para “‘um amontoado de ruínas’ que constitui ‘o mundo dos homens e do capital’”.

A financeirização da morte, como sinaliza o avanço de investimentos financeiros no *death care* no Brasil e em outros países onde o mercado já está consolidado, faz recordar os fundamentos dessa longa geografia histórica do capitalismo, quais sejam: a sujeição do trabalho vivo ao trabalho morto; a desumanização da vida; a propriedade privada da terra como forma de subsumir a reprodução dessa mesma vida à universalidade das coisas na sua forma-mercadoria, na sua forma mais fetichizada. Esses processos explicam a morte da cidade, destituindo-a como potência de vida e do encontro, e explicam também sua metamorfose em uma mercadoria. A explicação para isso reside na citação extraída de Godoy (2019) quando diz:

A relação do inorgânico com o orgânico – das coisas que tomam o lugar das pessoas no mercado; do capital como trabalho morto nos meios de produção que *suga* o trabalho vivo do assalariado – é o domínio do mundo humano por uma segunda natureza que dele se destaca. E a relação do morto com o vivo, também aí presente, consiste nos *direitos do cadáver*, do que deve perecer para ser substituído pela novidade trazida pela moda; daí o *sex appeal do inorgânico* numa quase necrofilia.

Essa segunda natureza da cidade, constituída nos “direitos do cadáver”, foi analisada por Arrais (2022, p. 18-19) quando discorre sobre a cidade atual fundada em “uma ordem urbana apocalítica que captura todas as dimensões da vida”. Portanto, seguindo esses autores, não é difícil inferir que se a realização da cidade-mercadoria (ou da cidade-negócio) é a subsunção da vida, então os direitos do cadáver produziram um exército de zumbis. Afinal, agora o corpo morto pode ser removido de sua sepultura a qualquer momento. Esse exército é, portanto, o produto da sociedade urbana (Arrais, 2022).

Mas, diante desses processos que residem no movimento de valorização do capital que lições se pode apreender?

A negação do humano ou a desumanização da vida é, sem dúvida, acompanhada de uma crise do pensamento crítico. Assim, entendo que a produção do conhecimento científico não escapa a esse processo. Portanto, cabe a questão: “Será o fim do pensamento crítico reflexivo?” (Cf. o livro organizado por Alexandrina Conceição e José Danilo Silva)

Essa é a preocupação dos muitos autores que buscam discutir a geografia, a produção do espaço e as questões de método numa perspectiva dialética. Sócrates Menezes (2019, p. 58) afirma, por exemplo, que a “‘desmarxização’ da Geografia levou, inadvertidamente, a um deslocamento do debate dialético para uma esfera tida como não geográfica, talvez metafísica”. A questão é que no Brasil, esse abandonado do pensamento crítico, pode ser mapeado, em certa medida, nas

⁷ Fonte: <https://br.investing.com/analysis/a-privatizacao-do-setor-funerario-em-sp-e-o-futuro-do-mercado-da-morte-no-brasil-200452077>

mesmas rotas em que se movem e para onde se dirigem as frações de capital atreladas ao mercado imobiliário, agronegócio, serviços especializados e, até mesmo, ao mercado financeiro. Assim, grupos e redes de pesquisas velam o morto, celebram o apocalipse urbano e os direitos do cadáver e, ante os “critérios normativos e sistêmicos do mercado”, o que é proposto como “crítica social” se rebaixa “a uma liga inócua de paliativos”, como afirma Robert Kurz (1997, p. 21) em “*Existe vida após a economia de mercado?*”. O problema é que na medicina os paliativos são para pacientes em estado terminal. Assim, no embalo da questão do Kurz, pergunto: Existe vida na cidade neoliberal?

EXISTE VIDA NA CIDADE NEOLIBERAL?

O devir da morte e da vida na cidade capitalista, e mais precisamente na cidade neoliberal, está posto de várias formas, explícito ou implicitamente, e em diferentes perspectivas nos estudos urbanos. A título de exemplo trago: Jane Jacobs (“*Morte e vida nas grandes cidades*” - 1961); Eliana Kuster e Robert Pechman (“*O chamado da cidade – ensaios sobre a urbanidade*” - 2014); Graham Stephen (“*Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*” – 2016); Tadeu Alencar Arrais (“*Somos todos os mortos vivos – De como The Walking Dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo*” - 2022); além de ensaios como o de César Simoni que ao discorrer sobre a cartografia de óbitos da covid-19 na cidade de São Paulo, alude a um céu de estrelas cujo brilho rememora existências/vidas passadas; ou ainda os ensaios publicado no livro “Covid e a Crise Urbana” organizado por Ana Fani Carlos. E a lista segue.

Essas publicações discutem que mesmo projetos justificados por palavras como “revitalizar”, ou seja, trazer à vida, referem-se a processos que reanimam o morto, o trabalho e o tempo abstratos. Pontos que Walter Benjamin (2018, p. 168) sintetiza da seguinte maneira: “nossa existência desperta é uma terra em que se desce ao reino dos mortos, cheia de lugares aparentemente insignificantes, onde desembocam os sonhos”.

Desse modo, a imagem de casas-caixões alocadas na cidade, explorada no filme “*A montanha sagrada*” (1973) dirigido por Alejandro Jodorowsky, é bastante ilustrativa de uma cidade cuja natureza neoliberal se enraíza e se aprofunda também no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1970. As crises capitalistas, por sua vez, apresentam-se como momentos do cortejo fúnebre em que essa imagem das casas-caixões é reavivada.

Figura 1. Recorte de uma cena do filme “A montanha sagrada”



Fonte: “*The holy montain*” (Alejandro Jodorowsky) - 1973

Nessa direção, há que recordar também da imagem das cidades-fantasma na Espanha⁸, como efeito da crise de 2008, e dos inúmeros condomínios e conjuntos habitacionais forçosamente abandonados pelos moradores que não quitaram seus débitos hipotecários em vários lugares dos EUA.

E a pandemia da Covid-19, associada a um contexto de crises políticas e econômicas que assumiram particularidades em algumas partes do mundo, atualizou essa imagem. Tanto pelo aumento significativo de leilões de imóveis⁹, sobretudo de residências, devido crescimento exponencial da inadimplência perante os contratos de financiamento imobiliário; como pela forma como os corpos mortos foram tratados e apropriados. Na live¹⁰ sobre o setor do Death Care no Brasil, o CEO da Zion Invest afirmou (em 2021, auge da pandemia em termos do número de mortes) que os ativos do FII Care 11 estavam “no seu melhor momento”¹¹ e que “a pandemia ajudou um pouco”.

Inaugura-se em definitivo a relação entre mercado imobiliário, negócios funerários e mercado financeiro. E essa nova forma de acumulação originária não implica somente em subsumir o trabalho vivo e negar o humano, há literalmente uma apropriação do corpo sem vida. Assim, no latifúndio urbano, até mesmo a cova deixa de ser a parte¹² que cabe a esses corpos desumanizados, invisíveis e precarizados nas cidades. Esse contexto de intensa transferência de valor, entendida aqui na perspectiva marxiana¹³, promove uma concentração ainda maior de terras e imóveis urbanos nas mãos do setor imobiliário.

E em meio a esse imenso “exército de zumbis” (Arrais, 2022), de quem tem a vida interdita sem sequer o direito a morte, é possível existir vida na cidade neoliberal? Negar essa existência é negar o movimento dialético da realidade e do pensamento crítico. A morte só existe na sua relação intrínseca com a vida da mesma forma que não é possível pensar o trabalho morto sem a apropriação do trabalho vivo.

É exatamente porque a cidade ainda pulsa vida que, como afirma Harvey (2014, p. 209), “as forças do capital precisa empenhar-se com tenacidade para impor sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão [...] sob seu controle total”. Uma chave de interpretação possível é pensar o direito à cidade na perspectiva lefebvriana:

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição. [...] O passado, o presente e o possível não se separam (Lefebvre, 2001, p. 106-107)

Esse “possível” na luta por uma outra cidade, ou pelo direito à cidade como obra e não como mercadoria para colocar em termos do próprio autor, tem sido ensaiado em “insurreições urbanas”, “primaveras”, lutas diversas presentes no curso da geografia histórica do capitalismo. A questão é: com que imaginação e quais as

⁸ Ver o caso da cidade de Valdeluz: <https://moscosos.files.wordpress.com/2011/06/bolha-espanhola.pdf>

⁹ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leiloes-de-imoveis-em-tempos-de-pandemia/> ;

<https://www.bonde.com.br/casa-e-decoracao/noticias/leiloes-de-imoveis-crescem-25-durante-a-pandemia-521549.html>

¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=B5RYOgNGjXs&ab_channel=AlphaTrading

¹¹ Minuto 30:35 da live.

¹² Referência ao poema “Morte e vida severina” de João Cabral de Melo Neto.

¹³ Para este debate acerca transferência geográfica do valor, recomendamos Moraes (1994)

novas bases para esse movimento? Como pensar e propor essas novas bases para a cidade cuja natureza é neoliberal, mas ainda marcada pela herança colonial? Propostas como a de Rita Velloso (2022) de descolonizar o urbano, constelando experiências de insurreições na periferia das cidades, parece seduzir, mas a armadilha de deixar escapar a totalidade dos processos está logo à frente. Essa lição reside alegoricamente em *The Walking Dead*: a luta pela vida não pode ser baseada no instinto de sobrevivência individual ou coletivamente isolada.

“AVENTURAS NO MARXISMO” OU SOBRE COMO RENASCER COM VIDA

Petter Stallybrass, em “O casaco de Marx”; e Marshall Berman em “*Aventuras no Marxismo*” iniciam seus livros explicando sobre como a morte de entes queridos, amigo e pai, respectivamente, foram a virada de chave para perceberem como suas existências são histórico e socialmente constituídas. Num sentido figurado, eles afirmam a experiência de um renascimento, a partir daqueles eventos, na medida em que elaboraram uma autocrítica sobre suas opções teóricas e de método. E esse é o exercício a que me proponho.

A proposta de pensar o “mercado da morte” como parte, ainda que na superfície social, desse processo de valorização capitalista do espaço, não se apresenta aqui como uma celebração ao morto.

Nessa nova e recente aventura no marxismo, ensaio que: se a imagem do morto que tudo rege se oculta na carcaça do trabalho vivo; agora a magia que o oculta é deliberadamente desvendada nas praças e bolsas de valores que exibem e se apropriam dos corpos excedentes (vivos ou mortos) no mundo urbano zumbídico. Afinal, na cidade neoliberal, nem os mortos descansam em paz! O grande desafio é, portanto, desvendar esse feitiço ultrapassando a aparência, os limites do empírico, elaborando uma crítica ao processo atualmente denominado de financeirização (seja da vida ou da morte).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Somos todos mortos vivos** – De como The Walking Dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

BERMAN, Marshall. **Aventuras no marxismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. (org.) **COVID-19 e a crise urbana** [recurso eletrônico]/ São Paulo :FFLCH/USP, 2020. 3.484Kb; PDF. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/471/423/1648>
Acesso em: Novembro de 2022.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana. (orgs) **O fim do pensamento crítico reflexivo?** A negação do humano e a banalização da teoria. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2019.

COSTA, P. H. Antunes da; MENDES, K. Teixeira. A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro. **Revista Fim Do Mundo**, 2(4), 2021. Pp.87–109. DOI: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p87-109>

GODOY, Paulo Roberto T. **A valorização capitalista do espaço e a teoria marxista do valor**. São Paulo: Alameda, 2022.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A valorização capitalista do espaço sob a perspectiva da teoria marxista do valor**. Relatório de Pós-doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP, 2019

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas – o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. (Tradução: João Alexandre Peschanski). São Paulo – SP: Boitempo, 2011

HARVEY, David. **Cidades rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KURZ, Robert. **Existe vida após a economia de mercado?** Praga, estudos marxistas, n. 4. São Paulo: Editora, Hucitec, 1997.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade – ensaios sobre a urbanidade**. Belo Horizonte – MG: Editora da UFMG, 2014.

LEFEBVRE, Henri Lefebvre. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

MENEZES, Sócrates. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana. (orgs) **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 2019.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. e-173953, 2021. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.173953](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.173953). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/173953>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. OS LUGARES ONDE FOMOS: MEMORIAL DE LIVRE DOCÊNCIA. **Revista Tamoios**, 16(2). 2020 DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50884>

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx – roupas, memória**, dor. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.